

Política faz surgir um cemitério de escolas

JAIRO ANDRADE/AE

Por todo o País, em cidades grandes ou pequenas, há uma série de obras inacabadas ou abandonadas, que deveriam ter ajudado a educação no Brasil. Mas desde o início houve dificuldades e críticas: o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico que previa a construção de 200 escolas, devia implantar cursos profissionalizantes. Anunciado em 1986 pelo Ministério da Educação, o plano obedecia muito mais a critérios políticos do que técnicos. Acabou resultando num estrondoso e caro fracasso: custou aos cofres públicos cinco bilhões de dólares e deixou uma esteira de obras inacabadas e abandonadas.

Na pequena cidade de Lagarto, a 80 quilômetros de Aracaju, a população ainda acredita na conclusão das obras da Escola Técnica Federal, que deveria formar técnicos em edificações e eletromecânica. Poucos sabem dizer, na cidade, para que serviriam tais técnicos, mas a escola é aguardada com expectativa. Prometida em 1986, a escola



Lagarto (Sergipe) ainda espera a sua escola técnica

começou a ser construída em outubro de 1989, mas em abril de 1990 as obras foram paralisadas por falta de pagamento à emprei-

teira contratada pela Secretaria Municipal de Administração, através de licitação.

Orçada inicialmente em Cr\$

37,5 milhões, a escola não poderá ser concluída por menos de Cr\$ 1 bilhão, segundo estimativa da Secretária de Administração, Clara Barreto de Almeida. Somente as dívidas com a construtora, que executou 40 por cento das obras chega a Cr\$ 250 milhões.

Das 200 escolas previstas, apenas dez foram concluídas e poucas delas estão efetivamente funcionando, mas as dificuldades para cumprir o programa não são apenas de ordem financeira: o maior problema é que muitas das escolas foram projetadas e construídas sem obedecer a qualquer critério técnico. Cumpriram apenas promessas de políticos em campanha.

No município de Tramandaí, Rio Grande do Sul, foi programada a implantação de uma escola agrícola que deveria estar concluída e em condições de funcionamento em dezembro de 1987. O atual prefeito da cidade, Eliseu Padilha, do PMDB, já pediu a instauração de uma sindicância.